

Migrantes, Garimpeiros e seu "Lugar" no Território Nacional

Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho*

*Helion Póvoa-Neto***

A MOBILIDADE ESPACIAL "INDESEJADA"*

Aqueles comprometidos com a reflexão e a intervenção quanto às questões sociais têm assistido com preocupação à afirmação de certos discursos sobre a localização e deslocamento da população no espaço geográfico. Grupos de trabalhadores aparecem freqüentemente como problemáticos por contrariarem um princípio vago - geralmente não explicitado - de que haveria, no espaço, tanto localizações e fluxos de mobilidade populacional desejáveis (ou seja, merecedores de estímulo) quanto situações espaciais a serem evitadas. Existiria, assim, o pressuposto básico quanto a que as migrações podem e devem constituir objeto para intervenção e controle.

Por outro lado, aparecem cada vez mais evidências do fracasso do mercado capitalista no sentido de assegurar, entre as solicitações por trabalho e a oferta de trabalhadores, a tantas vezes prometida atenuação dos desequilíbrios espaciais e sociais. Mais que para esta situação hipotética, parecemos marchar rumo a uma tendência inversa: a do aprofundamento da exclusão social e da superexploração da força de trabalho.

Do ponto de vista político, encontram-se na defensiva os que propõem a consolidação e ma-

nutenção de conquistas sociais, avançando por sua vez os ideólogos da progressiva desregulamentação do mercado e da máxima superação de obstáculos à circulação do capital. Paradoxalmente, porém, quando se trata do comportamento espacial da população, permanecem (ou mesmo se reforçam) propostas e práticas de intervenção quanto à espacialidade de determinados grupos sociais.

Um exemplo inquietante é o das, cada vez mais freqüentes, políticas de repressão à migração indesejada partindo de cidades receptoras dos chamados "trabalhadores itinerantes". Na região Centro-Sul como um todo, inúmeras municipalidades já adotam procedimentos de controle dos movimentos migratórios, bloqueando a chegada de "indesejáveis" e remetendo-os para outras localidades. O mais preocupante é que começa a ser aceito como "natural" que se decida quanto a quem tem - ou não - o direito de circular livremente pelo território nacional, de buscar oportunidades de sobrevivência e de recorrer aos serviços públicos.

Deixando o espaço urbano e entrando no campo político da questão agrária, cabe observar que também o caso dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra acrescenta elementos à nossa reflexão. O atual sistema de poder encara, como é sabido, com extrema rejeição e

* Este texto foi elaborado especificamente para uma série de discussões sobre a questão do nomadismo, realizadas no âmbito do Centro de Estudos Migratórios (CEM), em São Paulo. A pretensão de que servisse, primordialmente, como material para debate, levou à economia em termos de referências bibliográficas e de detalhamento conceitual.

** Professor do Departamento de Geografia da UERJ. Doutor em Geografia Humana pela USP.

rigor tais movimentos. Todavia, conflitos recentes de grande impacto em termos de repercussão conjugam-se com certas preocupações sociais atualmente em destaque, como o “superpovoamento” urbano, a violência na cidade e no campo, a necessidade da organização da produção agrícola etc. Forja-se assim, ao que parece, um consenso, bastante precário, quanto a que “alguma coisa seja feita” nesse particular.

Muitos dentre os defensores de algum tipo de intervenção assinalam contudo que aqueles que pleiteiam a terra não estariam “fazendo a coisa certa”, já que não escolheriam as localizações mais adequadas (ao insistirem, por exemplo, em assentamentos nas suas regiões de origem) e também se equivocariam quanto aos métodos utilizados, que incluem táticas de ocupação de determinados espaços. São críticas esperadas, na medida em que se originam do próprio sistema de poder dominante. O que cabe ressaltar, porém, é a concepção de que os trabalhadores em questão deveriam realmente estar no campo, mas não nas áreas rurais reservadas ao latifúndio ou à produção empresarial, e muito menos nos centros urbanos.

O meio rural é considerado, portanto, como o lugar por excelência de tais massas. Esta concepção nem sempre foi dominante na história brasileira, uma vez que a intensificação dos fluxos de migração rural-urbana e o processo de urbanização já chegaram a ser tidos como indicadores de progresso econômico e social. Porém, no momento atual, parecendo falida a idéia de que o desenvolvimento capitalista (geralmente focalizado no urbano) tenderia a incorporar as massas e a distribuir socialmente benefícios, admite-se a necessidade de “pôr no seu devido lugar” aqueles que não foram incorporados e que, provavelmente, jamais o serão.

Disciplinar as migrações de trabalhadores implicaria, segundo tal perspectiva, em estimular seu estabelecimento nos “lugares devidos”,

evitando comportamentos espaciais que conduzam a situações de conflito social. A questão política que se apresenta é a das estratégias a serem acionadas rumo a tais objetivos, que são difusos mas tratam, inequivocamente, de forçar a população ao comportamento espacial tido como “mais desejável”.

Lado a lado com esta percepção de grupos a serem enquadrados em determinados lugares e itinerários, existem também outras categorias de trabalhadores cuja espacialidade apresenta características que dificultam seu controle. Trata-se de grupos sociais de difícil enquadramento na categoria “migrante”, geralmente aplicada aos que descrevem fluxos com locais de origem e destino bem definidos, apresentando tempos de permanência nos lugares que caracterizariam minimamente períodos de residência e de trabalho.¹

Tais trabalhadores destacam-se pela condição de perpétua mobilidade espacial, seguindo itinerários e estabelecendo-se por períodos que podem ou não obedecer a padrões definidos. Constituem, por vezes, grupos vistos com desconfiança tanto por autoridades quanto pela população em geral, já que a extrema mobilidade costuma ser associada a um “desenraizamento” que os desqualificaria para o padrão da vida social tida como estável.

A condição acima descrita parece sugerir que estes são os grupos sociais mais visados pelas já referidas políticas de restrição à circulação. Todavia, as dificuldades para classificá-los em termos de áreas de origem e de destino acarretam problemas para a definição quanto a qual seria seu “lugar devido”. O desconhecimento da complexidade de seus padrões de mobilidade favorece uma indefinição quanto a como lidar com estes movimentos, o que conduz a iniciativas de ação oficial que podem oscilar entre a repressão e a omissão pura e simples.

Busca-se aqui enfocar uma destas categorias de trabalhadores marcadas pela acentuada e fre-

1 Não tendo a presente contribuição um caráter de discussão conceitual, remete-se o leitor interessado na questão da definição da migração a SALIM (1993) e a PÓVOA-NETO (1997).

quente mobilidade espacial: o garimpeiro. Para tanto, se fará breve apresentação inicial quanto à origem histórica do mesmo, seguindo-se uma caracterização da dinâmica espacial do garimpo frente ao quadro mais geral das migrações no Brasil.

Embora a figura do garimpeiro seja, presentemente, mais associada ao crescimento da mineração de ouro na Amazônia a partir da década de oitenta, deve-se observar que o mesmo desenvolve uma gama de atividades cuja abrangência histórica, espacial e setorial vai muito além deste imaginário mais difundido. A garimpagem abrange outros minerais, como o diamante, as gemas, o cristal de rocha e a cassiterita. Geograficamente, não se restringe à Amazônia, estendendo-se a todas as regiões brasileiras, onde quer que a natureza das jazidas permita a sua extração em condições diferentes das que caracterizam a mineração empresarial.

GARIMPO, CLANDESTINIDADE E MOBILIDADE

O surgimento da pequena mineração, no início realizada individualmente ou por pequenos grupos, e com instrumental relativamente simples, data do período colonial, quando a metrópole portuguesa organizou um sistema bastante abrangente de exploração mineral e de controle da espacialidade da população tão logo foi confirmada a existência dos ambicionados minerais preciosos.

O afluxo de indivíduos de todos os extratos sociais que partiam das diversas regiões da colônia, bem como de Portugal, levou à montagem de uma estrutura administrativa e fiscal que buscava atuar junto à grande massa de **desclassificados sociais**, não incluídos nem na camada senhorial nem entre a população cativa. Eram aventureiros da Europa atraídos pelo ouro, mestiços

livres e pobres nascidos na colônia, ex-escravos fugidos ou alforriados: uma massa tida, em princípio, como indesejável nas minas, onde se temia a “desordem” daqueles qualificados como “vadios” ou “vagabundos”, potencialmente geradores de conflitos.

Todavia, grande parte das descobertas de jazidas de ouro e de diamante nas Minas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso era obra deste mesmo segmento, destituído de vínculos estáveis com a terra e deslocando-se permanentemente à cata de oportunidades para sobrevivência e ascensão social. Uma vez estabilizados os núcleos de povoamento e de mineração, eram também os “desclassificados” a força de trabalho com que se contava nos casos em que o trabalho escravo era impossível ou não recomendável.

A administração colonial guardava, assim, certa ambigüidade frente aos desclassificados: por um lado, estes podiam constituir uma ameaça à ordem social nas áreas de mineração; por outro, inúmeras eram as referências à “utilidade dos vadios” para as novas descobertas e a consolidação do povoamento nas áreas já citadas². Em função desta postura ambígua, o minerador por conta própria - **faiscador** - era tolerado, com sua exploração de ouro em depósitos minerais superficiais ou já trabalhados pela grande mineração e com seus constantes deslocamentos pelo chamado “sertão” em busca de outras ocorrências.

A tolerância quanto a este tipo de trabalhador foi drasticamente reduzida após a notícia da descoberta de diamantes em algumas áreas do território colonial, ainda no século XVIII³. O alto valor daquelas pedras no mercado internacional e sua maior raridade frente ao ouro levaram ao estabelecimento de formas territoriais de controle, que impunham a exclusão da pequena mineração dos espaços conhecidos com o nome

2 O conceito de desclassificado social na Colônia e a discussão sobre a “utilidade dos vadios” nas áreas mineradoras podem ser encontrados em PRADO JUNIOR (1981) e em MELLO E SOUZA (1986).

3 As áreas em questão eram os vales do Jequitinhonha (Minas Gerais), dos rios Claro e Pilões (Goiás) e do Alto Paraguai (Mato Grosso).

de “distritos diamantinos”, ou ainda “demarcações diamantinas”. Penalidades severas, como a prisão e o degredo para a África, eram previstas para os suspeitos de minerar, transportar ou comerciar diamantes ilegalmente. Tais atividades foram reservadas aos grandes contratadores e, posteriormente, à própria Coroa, num sistema de exploração direta.

Todavia, a exploração ilegal nestas demarcações territoriais logo se iniciou. A distância entre a realidade e a letra da lei decorria da situação da maior parte da população de tais áreas, que tinha na mineração seu principal meio de vida. Multiplicaram-se, assim, as notícias quanto aos que, percorrendo as **grimpas** (cristas) das serras, extraíam diamantes clandestinamente, desafiando as autoridades coloniais. Tais **grimpeiros**, mais tarde **garimpeiros** por corruptela, foram personagens conhecidos dos cronistas da Colônia, com sua atuação registrada em todas as áreas de mineração durante o Setecentos. Também no século XIX, os viajantes, naturalistas e cronistas estrangeiros assinalaram a persistência do garimpo ou faiscação nas antigas áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Findo o período colonial, e a legislação mineral então adotada, o garimpeiro persistiu como trabalhador que burlava as interdições territoriais à pequena mineração, ocupando novas áreas para exploração ou reaproveitando jazidas antigas. A associação tanto com a **clandestinidade** quanto com a **mobilidade espacial** - constituintes do próprio conceito de garimpo - permaneceu até os dias de hoje, ainda que nem sempre adequada às diversas formas assumidas pela atividade.

Os registros quanto à existência da garimpagem nas diversas regiões foram escasseando, porém, na mesma medida em que tais trabalhadores foram deixando de ser encarados como ame-

açadores à ordem social vigente. Sempre que corria, no entanto, a notícia de descobertas tidas como excepcionais - caso dos diamantes em Poxoréo (Mato Grosso) e no vale do Araguaia durante a primeira metade do século atual - ou uma conjuntura internacional favorável à valorização de certos bens minerais garimpáveis, logo surgiam informações quanto a deslocamentos em massa de garimpeiros para as áreas em foco⁴.

A MOBILIDADE GARIMPEIRA NA ATUALIDADE

O garimpeiro como nômade, errante, aventureiro... semelhantes qualificações, que evocam um padrão de mobilidade espacial contínua, descrevem apenas parcialmente a realidade atual do garimpo. Existem, hoje, áreas onde a atividade se encontra espacialmente estabilizada, já que jazidas garimpáveis de certo porte não só permitem como requerem a fixação de uma população inserida tanto na extração propriamente dita como nas demais operações que em torno dela gravitam.

Beneficiamento das substâncias extraídas, comercialização de minerais, serviços de infraestrutura em geral necessários ao garimpo, serviços de alimentação e transporte, são atividades que abrigam um contingente de trabalhadores que pode inclusive constituir a maioria nos garimpos. Aos mesmos, se agregam ainda os familiares que não só residem nos garimpos como também desempenham diversas tarefas.

Visando a estabelecer uma diferenciação entre as formas de mobilidade espacial na atividade garimpeira, cumpre distinguir entre os garimpos que constituem **frente de expansão** demográfica e econômica em áreas antes não marcadas pela extração de bens minerais, dos que se situam em áreas de **povoamento consolidado**.

4 Um exemplo desta última situação foi o momento da Segunda Guerra Mundial, quando a garimpagem de ouro se intensificou graças à elevação nas cotações do metal, e quando minerais como a cassiterita e o quartzo foram valorizados por seu caráter estratégico no esforço de guerra do Brasil junto aos aliados, gerando alguns *rushes* garimpeiros em áreas de Goiás e da Bahia.



Os primeiros caracterizam-se por um *habitat* basicamente rural ou concentrado nas “còrrute-las”, os pequenos povoados de garimpeiros. Seu intenso dinamismo espacial acarreta, freqüentemente, conflitos com ocupantes anteriores da área (povos indígenas, no caso amazônico) ou com grandes empresas detentoras da exclusividade dos direitos minerários. A dificuldade para acesso pode ser também uma marca deste tipo de garimpo, onde se constituem estruturas de poder e de controle da comercialização de bens de consumo por chefes e comerciantes estabelecidos no local. Nesses garimpos, encontram-se trabalhadores que abandonaram a atividade agrícola ou que mantêm uma alternância entre esta e a garimpagem, deslocando-se periodicamente entre as duas, num ritmo cíclico que acompanha a sazonalidade de ambas⁵.

Os exemplos de garimpos em áreas de expansão são justamente os que mais têm freqüentado o noticiário da imprensa: aqueles que avançaram por grande parte do espaço da Amazônia Legal a partir dos anos 60, iniciando-se com o ouro no vale do Tapajós, seguindo com a cassiterita em Rondônia na década seguinte, o *boom* da extração aluvial do ouro por toda a região nos 80 e a atual penetração em busca do ouro e do diamante pela “última fronteira” de Roraima, que já transborda os limites do território nacional⁶.

Porém, além desta modalidade de garimpo, geralmente caracterizada como “tipo ideal”, existe também a garimpagem em áreas de ocupação mais antiga, a qual desenvolveu modos relativamente estáveis de convivência com a sociedade local. Trata-se, em muitos casos, de áreas cuja

ocupação inicial se deveu à mineração no século XVIII, com a atividade perdendo no século seguinte seu ímpeto inicial mas permanecendo residualmente, praticada através de gerações e constituindo uma certa “tradição garimpeira” local. Todavia, mesmo estas áreas não permaneceram imunes ao *boom* amazônico da garimpagem de ouro durante os anos 80. Daí decorreram novas descobertas (inclusive de outros minerais) ou a reativação de jazidas tidas como esgotadas. Diferentemente, porém, do que ocorreu na Amazônia, estes garimpos caminharam para um mais alto grau de estabilização social e espacial, com intensa participação não só de garimpeiros “de fora”, mas também da população da região. Corrutelas evoluíram no sentido de núcleos consolidados, alcançando por vezes o status de sedes de novos municípios, e o nome “garimpo” passou a ser empregado para nomear não só a atividade, mas todo o núcleo urbano surgido a partir da mesma; parcela considerável da população do lugar é tida portanto como “garimpeira”.

Garimpos consolidados são, por exemplo, os de diamante no vale do Jequitinhonha mineiro, na Chapada Diamantina baiana e no alto vale do Araguaia goiano e mato-grossense; os de ouro em Poconé (Mato Grosso) e em Crixás e Minaçu (Goiás); os de esmeralda em Campos Verdes (Goiás), em Nova Era (Minas Gerais) e em Carnaíba (Bahia)⁷. São áreas em que o início do garimpo nos anos 80, ou sua retomada em novas bases, sobrepôs-se às atividades agrícolas ou pecuaristas então predominantes, constituindo um foco de atração para migrantes dos mais diversos pontos do território nacional.

5 Isso ocorre principalmente na Amazônia, onde garimpeiros alternam o trabalho na safra agrícola do período de chuvas com a “safra do garimpo” - justamente o período em que a baixa no nível dos rios facilita os trabalhos de mineração nos leitos e margens.

6 O caso de Serra Pelada, um garimpo amazônico que conheceu uma situação de consolidação espacial incomum para os padrões da região, não está sendo aqui considerado. Suas características excepcionais em termos da forma de mineralização verificada e da organização social que lá se implantou desautorizam sua inclusão junto aos demais garimpos de frente de expansão.

7 A análise do caso de dois garimpos deste tipo em Goiás - o de ouro em Crixás e o de esmeralda em Campos Verdes - integra nossa pesquisa para o Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, defendida em maio de 1998.

O estudo dos movimentos destes trabalhadores permite constatar a existência de situações complexas em termos da relação entre mobilidade espacial e fixação já que, mesmo nos garimpos estabilizados, existem desde os que estão de passagem, no rumo da “fofoca” e na expectativa do “bamburro”⁸, passando pelos que são garimpeiros apenas sazonalmente, até os que permanecem no lugar face à ausência de melhores perspectivas.

As relações de parentesco, de amizade e de vizinhança (no local de origem) exercem também papel fundamental na mobilidade garimpeira, pois representam a base para a constituição de extensas redes de contatos que fornecem apoio a quem passa ou busca se estabelecer nos garimpos, provendo aos recém-chegados condições mínimas de subsistência. Entre os diversos locais de garimpo, e também de acordo com os tipos de minério extraído, estabelecem-se redes de diferentes modalidades.

Um exemplo dessa diversificação pode ser encontrado nos garimpos de esmeralda, onde se percebe a existência de uma circulação de garimpeiros entre as três áreas de produção existentes no Brasil (Goiás, Bahia e Minas Gerais). A área baiana de Serra da Carnalba, a mais tradicional, fornece a maior parte da mão-de-obra para esta atividade, servindo como “foco” inicial e principal para famílias e grupos outros, dispersos pelos diversos garimpos de esmeralda e trocando constantemente informações quanto a “bamburros”, “blefes”, oportunidades de trabalho e de sobrevivência.

Os itinerários percorridos pelos garimpeiros de ouro já são outros, valendo aqui a referência ao caso da Amazônia, região em que a atividade conhece maior expressão. Parcela considerável dos trabalhadores se origina do oeste maranhense,

revezando-se entre garimpo e agricultura conforme a época e as oportunidades informadas pelos garimpeiros estabelecidos⁹. Tais itinerários ultrapassam porém o espaço amazônico, estendendo-se a outras regiões, principalmente o Centro-Oeste. Nesse sentido, os garimpos consolidados de fora da Amazônia também integram a rede de itinerários baseada nos locais de exploração desta última região.

O “LUGAR” DO GARIMPEIRO E DO MIGRANTE NO TERRITÓRIO NACIONAL

Inúmeros poderiam ser os exemplos arrolados para demonstrar a complexidade das formas de mobilidade espacial vivenciadas pelos trabalhadores em questão. Estas não se resumem, assim, a um “vagar sem rumo”, nem se apoiam apenas no “espírito de aventura” ou em um suposto “caráter errante”. Reduzir estas formas de mobilidade a qualificações como as acima mencionadas implica na recusa à compreensão mais acurada dos processos sociais envolvidos.

A aura de “exotismo” que muitas vezes reveste a figura do garimpeiro dificulta na verdade a reflexão, no contexto dos debates referidos na primeira seção deste trabalho, quanto a qual seria o seu lugar. Ao contrário de outras categorias de migrantes, o garimpeiro parece repelir soluções enganosamente fáceis, restando-lhe por vezes apenas a pecha de criminoso ou malfeitor, atributo por sinal freqüentemente associado às populações com intensa mobilidade espacial.

O descaso, na melhor hipótese, e mesmo, em certos casos, a repressão para os que não detêm o reconhecimento quanto a um lugar definido na sociedade e no território brasileiros começam a integrar a prática política do Estado e das elites em nosso país. “Mapear” os itinerários daqueles

8 O “bamburro” é o sonho do enriquecimento súbito graças a uma descoberta de caráter excepcional, enquanto a “fofoca” é a difusão de novidades a respeito de garimpos que estariam bamburrando em outras áreas. A despeito de seu caráter ilusório, tais expectativas guiam boa parte das decisões dos garimpeiros quanto a migrar ou permanecer. O “blefe” significa, por outro lado, o garimpo fracassado.

9 Este é o caso, principalmente, dos garimpos de ouro no vale do Tapajós.

que fazem do vagar - permanente ou transitório - a sua estratégia de sobrevivência e entendê-los no quadro mais geral da mobilidade espacial dos trabalhadores no Brasil pode significar um passo importante para melhor compreender suas necessidades de reconhecimento e de afirmação social. A presente contribuição pretendeu destacar a importância de estudos específicos nesse sentido.

RESUMO

Começa-se por situar, a partir de exemplos recentes, a questão do controle do Estado quanto à mobilidade espacial dos trabalhadores, especialmente os que praticam migrações freqüentes e de difícil acompanhamento. Propõe-se estudar o caso do garimpo tal como é praticado atualmente no Brasil, partindo-se de sua origem histórica e estabelecendo uma tipologia dos tipos de movimento associados à garimpagem, que se diferenciam nos casos de garimpos em frente de expansão e em áreas de povoamento consolidado. Conclui-se pela extrema diversidade verificada em tais processos e pela necessidade de uma análise mais atenta das diferenças existentes.

PALAVRAS-CHAVE

migração - mobilidade espacial do trabalho - garimpo

ABSTRACT

Based on recent examples, the article focuses on the question of official management on spatial mobility of frequent migrants. It proposes the study of spatial dynamics of small-scale placer miners [garimpeiros], examining historical roots of the phenomenon in Brazil and recognizing two main kinds of spatial mobility of garimpeiros. The article concludes

with the need of a more accurate analysis of the existing differences among the extreme variety of processes found.

KEYWORDS

migration - spatial mobility of labor - small-scale placer mining

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 237 p.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. *Experimental*, São Paulo, v.2, n.2, p. 11 a 24, 1997.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 390 p.
- SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ABEP, *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 3, p. 119 a 141. Campinas: 1992.

